



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA**

1 Esteve reunido, às catorze horas, do dia catorze de setembro de dois mil e dez, no  
2 Auditório do oitavo andar do Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos, em  
3 Brasília/DF, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em sua  
4 centésima octogésima oitava reunião, sob a Presidência do Sr. Fabio Feitosa da  
5 Silva. Presentes os Conselheiros: **Representantes de Órgãos Governamentais**  
6 **Titulares:** Carmen Silveira de Oliveira – Representante da Secretaria de Direitos  
7 Humanos e Vice-Presidente do CONANDA; Ana Angélica Campelo de Albuquerque  
8 e Melo – Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à  
9 Fome; Georgia Maria Guimarães de Oliveira – Representante do Ministério da  
10 Fazenda; Representantes de **Órgãos Governamentais Suplentes:** Danielly dos  
11 Santos Queirós – Representante do Ministério da Educação/MEC; Maria de Lourdes  
12 Magalhães – Representante do Ministério da Saúde – MS; Davi Ulisses Brasil  
13 Simões Pires – Representante do Ministério da Justiça. Representantes de **Órgãos**  
14 **Não-Governamentais Titulares:** Fabio Feitosa da Silva – Presidente do CONANDA;  
15 Andrea Franzini – Representante da Pastoral do Menor; Maria Luiza Moura Oliveira  
16 – Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Miriam Maria José dos  
17 Santos Maria José dos Santos – Representante da Inspeção São João Bosco –  
18 Salesianos; Carlos Eduardo Nery Paes – Representante da Sociedade Brasileira de  
19 Pediatria – SBP; Tiana Sento-Sé – Representante do IBISS; Raimunda Núbia Lopes  
20 da Silva – Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Maristela  
21 Cizeski – Representante da Pastoral da Criança; Ariel de Castro Alves –  
22 Representante do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH; Glícia Thais  
23 Salmeron de Miranda – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;  
24 Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Representante das Aldeias Infantis SOS/Brasil.  
25 Representantes de **Órgãos Não-Governamentais Suplentes:** Renata Rodrigues  
26 Flores Alves – Representante da Federação Brasileira das Associações Cristãs de  
27 Moços; Iralda Cassol Pereira – Representante da Sociedade Literária Caritativa  
28 Santo Agostinho; Daniella Hiche – Representante da Assembléia Espiritual Nacional

29 dos Bahá'ís do Brasil. **Convidados:** Benedito dos Santos – Consultor pela  
30 UNESCO; Jorge Kayano – Representante do Instituto Polis. **Pauta: 1)** Abertura; **2)**  
31 Aprovação das Atas das Assembleias Anteriores; **3)** Apresentação da  
32 Sistematização do Plano Decenal; **4)** Relato das Comissões; **5)** Informes; **6)**  
33 Encerramento. **Abertura.** O Sr. Fabio Feitosa da Silva iniciou a reunião  
34 cumprimentando a todos e, em seguida, leu a pauta para aprovação. Ao passo que  
35 a Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda propôs inversão de pauta que não foi  
36 acatada pelos demais. O Sr. Andrea Franzini solicitou dez minutos para informar  
37 quanto à sua participação em audiência pública medida sócio educativa em meio  
38 fechada em São Luiz do Maranhão. Ao passo que o Sr. Fabio Feitosa da Silva  
39 esclareceu que haveria o espaço para os informes no último dia de reunião. Em  
40 seguida, propôs que a Ata da Centésima Octogésima Sexta Assembléia Ordinária  
41 mesma fosse lida e aprovada no último dia de reunião, o que, todavia, não ocorreu  
42 devido à falta de tempo hábil. Solicitou que a nova Conselheira, Representante do  
43 Ministério da Fazenda, Georgia Maria Guimarães de Oliveira, se apresentasse.  
44 Após, a Sra. Glícia Thais Salmeron de Miranda destacou os prazos da comissão  
45 eleitoral do CONANDA e que a comissão finalizaria a minuta do edital de chamada  
46 das entidades e solicitou que a Sra. Carmen Silveira de Oliveira Silveira Oliveira  
47 acompanhasse as devidas publicações. Informou ainda que, no dia anterior, foi  
48 realizada a primeira reunião da Comissão Especial dos direitos da Criança,  
49 Adolescente e do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB. **Apresentação da**  
50 **Sistematização do Plano Decenal.** O Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que o  
51 documento apresentava quatro pontos: 1) o caminho já percorrido, tudo o que foi  
52 feito desde as diretrizes aprovadas na 8ª Conferência Nacional dos Direitos da  
53 Criança e do Adolescente; o que falta percorrer; que seria objeto da consulta  
54 pública; e recomendações. Esclareceu também que seriam formados cinco grupos a  
55 partir da dos eixos da Política e do Plano Decenal, levando em consideração a  
56 experiência de cada um para cada eixo. A Sra. Carmen Silveira de Oliveira  
57 esclareceu que era objetivo por em consulta pública o acumulado e, na semana  
58 seguinte, o Grupo de Trabalho voltaria a se reunir para avançar na sistematização  
59 dos objetivos estratégicos e metas da Política e do Plano Decenal para que até o  
60 final do corrente mês fosse colocado todo o documento em consulta pública. A Sra.  
61 Miriam Maria José dos Santos Maria José dos Santos sugeriu que fosse formado um  
62 único grupo de trabalho para debater as metas da Política e do Plano Decenal e  
63 ponderou que era mais qualitativo e produtivo o debate feito em plenária acerca  
64 desta questão. A Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva ratificou essa proposta.

65    Todavia, o Sr. Fabio Feitosa da Silva sugeriu a divisão do CONANDA em dois  
66    grupos para discutir os cinco eixos divididos em três e dois eixos. Todavia, a Sra.  
67    Daniella Hiche foi contrária à proposição do Presidente. Por derradeiro, o CONANDA  
68    decidiu deliberar eixo por eixo da Política e do Plano Decenal em plenária. Posto  
69    isto, foi suspensa a mesma para a subscrição do termo de compromisso pela  
70    candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, no comitê de campanha da  
71    candidata. Desta monta, foram retomados os trabalhos no dia seguinte e O Sr.  
72    Fabio Feitosa da Silva esclareceu que o dia seria dedicado à análise dos objetivos  
73    estratégicos e suas respectivas metas da Política Nacional e do Plano Decenal.  
74    Posto isto, a Sra. Lourdes sugeriu a inserção da frase “e o que podemos fortalecer”  
75    no subtítulo do documento “o que falta percorrer”. Seguindo, o Conanda passou à  
76    análise dos objetivos estratégicos a partir do eixo um da política e do plano decenal.  
77    A Sra. Miriam Maria José dos Santos Maria José dos Santos solicitou  
78    esclarecimento acerca da retirada da frase “e do estado” na Diretriz um: promoção  
79    da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e  
80    adolescentes no âmbito da família e da sociedade. Ao passo que a Sra. Carmen  
81    Silveira de Oliveira esclareceu que o estado estava presente integralmente nos  
82    compromissos da diretriz dois, da universalização do acesso aos direitos. Na meta  
83    um: Até 2015, 60% das famílias brasileiras informadas dos direitos das crianças e  
84    dos adolescentes estabelecidos no Eca; o Sr. Djalma Costa questionou qual foi o  
85    critério para estipular 60% e porque no ano de 2015. Ao passo que a Sra. Maria de  
86    Lourdes Magalhães esclareceu que a meta foi criada baseada no Plano Plurianual,  
87    sendo que a meta poderia ser cumprida e, em 2015, seria novamente avaliada a sua  
88    necessidade. Todavia, a Sra. Miriam Maria José dos Santos Maria José dos Santos  
89    colocou que aquele era um plano decenal e questionou se era 60% das famílias  
90    contempladas que o CONANDA almejava para dez anos? Ao passo que a Sra.  
91    Carmen Silveira de Oliveira considerou muito pertinente esta colocação, para que o  
92    plano não se restrinja a apenas uma das três gestões dentro desses dez anos. A  
93    Sra. Daniella Hiche ponderou que caso houvesse uma avaliação de que era possível  
94    atingir até 2015 a meta de 60%, poderia deixar como estava a redação e usar a  
95    mesma lógica para as metas seguintes. A Sra. Ana Angélica Campelo de  
96    Albuquerque e Melo questionou como seria feita a avaliação das metas. O Sr. Djalma  
97    Costa defendeu que as metas fossem todas de 100% em dez anos, mas ressaltou a  
98    necessidade de indicadores a fim de medir e monitorar o êxito do Plano Decenal e  
99    da Política Nacional. A Sra. Carmen Silveira de Oliveira propôs uma nova redação  
100    para a meta: Até 2021, 100% das famílias informadas dos direitos de criança e

101 adolescente estabelecidos no ECA. Posto isto, o Conselho aprovou esta última  
102 proposição. Posto isto, a Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo sugeriu  
103 nota de rodapé explicando as datas e os percentuais. Ao passo que foi acolhida a  
104 sugestão. A Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu que o objetivo estratégico  
105 dois e o objetivo estratégico três migrassem para a diretriz dois, por não refletirem  
106 nem a família e nem a sociedade, mas as políticas públicas. Sugeriu também a  
107 inserção de um novo objetivo estratégico e uma nova meta em relação à sociedade.  
108 A Sra. Carmen Silveira de Oliveira sugeriu que deixassem os objetivos estratégicos  
109 no lugar de origem fazendo uma modificação textual na redação da Diretriz um:  
110 promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e  
111 adolescentes no âmbito da família e da sociedade. Proposta de redação: Diretriz um:  
112 promoção da cultura do respeito e da proteção aos direitos humanos de crianças e  
113 adolescentes no âmbito da família, das instituições e da sociedade. O Sr. Andrea  
114 Franzini sugeriu o acréscimo de duas novas metas, uma referindo-se às ações da  
115 sociedade civil outra ao terceiro setor. Ao passo que o Sr. Feitosa da Silva  
116 encaminhou que o GT fizesse a redação das metas a partir dos indicativos postos,  
117 considerando que eram 39 objetivos estratégicos e no mínimo uma meta para cada  
118 objetivo. Posto isto, a proposta de redação apresentada pela Sra. Carmen Silveira  
119 de Oliveira foi aprovada e, com isto, não foi necessária a migração dos objetivos  
120 estratégicos para a diretriz dois. Seguindo, a Sra. Miriam Maria José dos Santos  
121 sugeriu inserir a aprendizagem na nova meta que seria elaborada. Todavia, a Sra.  
122 Raimunda Núbia Lopes da Silva sugeriu que a Conselheira fizesse a proposta de  
123 redação e, deste modo, dando continuidade aos trabalhos do Conselho, a qual foi  
124 acatada. A Sra. Carmen Silveira de Oliveira ponderou que a meta um do objetivo  
125 estratégico três: “universalizada a aplicação da Lei Federal 11.525 de 2007 em todas  
126 as escolas públicas e privadas de ensino fundamental até 2012”, era uma meta  
127 inexecutável. Ao passo que a Sra. Raimunda Núbia Lopes da Silva propôs um prazo  
128 para a execução da referida meta até 2021. Com isto, alterou-se também a data da  
129 meta três para 2021. Todavia, optou-se por juntar as metas dois e três e suprimir a  
130 meta um, considerando que as metas dois e três eram complementares e iguais à  
131 meta um, permanecendo a meta quatro. O Sr. Ariel de Castro Alves propôs uma  
132 meta alternativa à meta do objetivo estratégico quatro: Meta: inserções periódicas de  
133 conteúdos dos direitos das crianças e dos adolescentes em 100% dos meios de  
134 comunicação até 2020. Proposta de redação: Meta: que 100% dos meios de  
135 comunicação se pautem conforme os princípios fundamentais dos direitos da criança  
136 e do adolescente e divulguem as disposições do Estatuto da Criança e do

137 Adolescente. Entretanto, o Sr. Benedito dos Santos ficou responsável por uma nova  
138 redação da meta com todas as contribuições dos conselheiros e novamente voltaria  
139 à análise do pleno. Para o objetivo estratégico cinco, a Sra. Miriam Maria José dos  
140 Santos, representando grupo que se reuniu no dia anterior, sugeriu a inclusão da  
141 seguinte meta: Garantir o envolvimento dos conselhos de direitos da criança e do  
142 adolescente e outros, incidência e fiscalização no processo de estruturação de  
143 políticas públicas de desenvolvimento econômico e ambiental. A Sra. Carmen  
144 Silveira de Oliveira também sugeriu nova redação para o objetivo: Até 2021, 100%  
145 das empresas financiadas por bancos estatais e órgãos da União com termos de  
146 compromisso assinado para garantia de responsabilidade social na promoção do  
147 direito de criança e adolescente. O Sr. Benedito dos Santos propôs uma proposta  
148 alternativa: 100% dos relatórios de estudo de impacto de obras de desenvolvimento  
149 social contemplando análise da situação dos direitos, indicação de providências e  
150 comunicados aos conselhos de direitos. O Sr. Djalma Costa ponderou que do jeito  
151 que estava posta seria uma ação e não um objetivo estratégico. Posto esse  
152 impasse, o Sr. Jorge Kayano faria uma nova proposta de redação contemplando o  
153 posto acima e apresentaria novamente. Para a meta dois do objetivo estratégico  
154 seis, a Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu aumentar a porcentagem de  
155 domicílios com acesso a água potável e esgotamento sanitário em 50%. O Sr.  
156 Djalma Costa sugeriu nota de rodapé explicativa com o diagnóstico que embasa  
157 essa meta. Na meta três desse mesmo objetivo, a Sra. Daniella Hiche sugeriu  
158 contextualizar assentamentos precários no âmbito brasileiro, visto que diferia  
159 conceitualmente dos objetivos do milênio/ODM. Todavia, a Sra. Carmen Silveira de  
160 Oliveira afirmou que o Brasil era signatário dos ODM e aquela definição era da  
161 ODM. Para dirimir a questão, o Sr. Benedito dos Santos sugeriu a explicação sobre  
162 assentamentos precários no descritor dos indicadores de avaliação. Seguindo, a  
163 Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu a alteração de redação do objetivo  
164 estratégico sete para: fortalecer as políticas de assistência social, de apoio às  
165 famílias, com vista à estruturação de suas condições de vida e de convivência  
166 familiar, bem como o fortalecimento de suas competências para o desenvolvimento  
167 integral de crianças e adolescentes. A Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e  
168 Melo propôs um novo objetivo estratégico, um mais genérico e o outro específico  
169 com as metas que proporia após. Sugeriu também a seguinte alteração de redação  
170 da meta um: Até 2012, apoio técnico e financeiro assegurado a 100% dos  
171 municípios para implantação de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à  
172 Família/PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Sugestão de

173 redação: Até 2012, apoio técnico e financeiro assegurado a 100% dos municípios  
174 para implantação e qualificação dos Centros de Referência de Assistência  
175 Social/CRAS e oferta de Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família/PAIF  
176 e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Todavia, a Sra. Carmen  
177 Silveira de Oliveira sugeriu “apoio técnico e co-financiamento” e os demais  
178 conselheiros sugeriram a data de 2016. Por fim, a Sra. Carmen Silveira de Oliveira  
179 sugeriu à Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo a confecção de duas  
180 redações, uma para a implantação dos serviços e a outra para a qualificação dos  
181 serviços. A Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo sugeriu que a meta  
182 dois virasse meta três e faria a proposta de redação da segunda meta e apresentaria  
183 posteriormente. A Sra. Miriam Maria José dos Santos ponderou que a meta não  
184 garantia o retorno da criança e do adolescente à família através dos programas de  
185 transferência de renda. O Sr. Andrea Franzini sugeriu acrescentar à redação original  
186 a palavra geração: até 2016, 100% das famílias com crianças e adolescentes em  
187 “acolhimento institucional” em virtude de condições econômicas inseridas em  
188 programas de “geração” e transferência de renda. A Sra. Ana Angélica Campelo de  
189 Albuquerque e Melo sugeriu a troca de acolhimento institucional para “serviço de  
190 acolhimento”. Posto isto, foi sugerida uma adequação da redação, que seria feita  
191 pela Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo. O Sr. Fabio Feitosa da  
192 Silva informou que a Sra. Miriam Maria José dos Santos faria a proposição de uma  
193 nova meta e um novo objetivo estratégico e posteriormente traria ao plenário. O Sr.  
194 Andrea Franzini sugeriu a mudança de redação na meta um do objetivo estratégico  
195 oito: Alcançada, até 2016, melhor qualidade nutricional da população, sem  
196 diferenças entre as regiões do país, entre zonas rurais e urbanas e entre grupos  
197 raciais. Para: Alcançada, até 2016, melhor qualidade nutricional da população,  
198 “considerando as” diferenças entre as regiões do país, entre zonas rurais e urbanas  
199 e entre grupos raciais. O Sr. Djalma Costa defendeu a manutenção da meta um com  
200 a alteração proposta e a criação de uma nova meta para a merenda escolar. O Sr.  
201 Ariel de Castro Alves sugeriu uma nova redação: alcançada, até 2021, qualidade  
202 nutricional adequada de crianças e adolescentes conforme os parâmetros técnicos  
203 de segurança alimentar, considerando as diferenças entre as regiões do país, entre  
204 zonas rurais e urbanas e entre grupos raciais. A Sra. Raimunda Núbia Lopes da  
205 Silva sugeriu a retirada da palavra adequada após nutricional. Objetivo estratégico  
206 09 – Desenvolver políticas de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes.  
207 A Sra. Maria de Lourdes Magalhães sugeriu nova redação: Desenvolver as políticas  
208 de promoção e atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias,

209 visando a promoção da cultura de paz e de ambientes seguros e saudáveis nos  
210 espaços urbanos e rurais. Fortalecer e ampliar as ações de promoção da saúde e  
211 prevenção de doenças e agravos à saúde de crianças e adolescentes e suas  
212 famílias em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção primária. A Sra.  
213 Daniella Hiche fez sugestão de novas metas para esse objetivo estratégico, que,  
214 todavia não foram registrados em áudio. Objetivo estratégico 10: universalizar o  
215 acesso e promover a permanência de crianças e adolescentes na educação básica  
216 concluída em idade adequada, garantindo a aprendizagem de qualidade por meio de  
217 educação integral e com a ampliação da jornada escolar. A Sra. Miriam Maria José  
218 dos Santos sugeriu uma nova redação para o objetivo estratégico 10, retirando o  
219 termo ampliação da jornada escolar: universalizar o acesso e promover a  
220 permanência e o sucesso de crianças e adolescentes na educação básica concluída  
221 em idade adequada, garantindo aprendizagem de qualidade, por meio de educação  
222 integral, respeitando as diversidades regionais. Todavia, o CONANDA deliberou pela  
223 seguinte redação: universalizar o acesso e promover a permanência e o sucesso de  
224 crianças e adolescentes na educação básica concluída em idade adequada,  
225 garantindo aprendizagem de qualidade e a educação integral, com ampliação de  
226 tempo, espaços e oportunidades. Para as metas desse objetivo estratégico, o  
227 Conselho incumbiu a Sra. Danielly dos Santos Queirós de fazer a reformulação das  
228 metas. A Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu uma nova meta que  
229 abrangesse o sistema sócio educativo. Objetivo estratégico onze: consolidar oferta  
230 de ensino profissionalizante de qualidade integrado ao ensino médio, aqui não tem  
231 prazo. A Meta: até 2014, expandir em 50% as escolas unitárias. Receberia nova  
232 redação retirando escolas unitárias e inserido o escolas de ensino médio com cursos  
233 profissionalizantes. A Sra. Miriam Maria José dos Santos ponderou que faltou  
234 objetivo estratégico em relação à profissionalização, aprendizagem e inserção de  
235 adolescentes no mercado de trabalho. Sugeriu, portanto, a seguinte redação:  
236 ampliar o acesso à profissionalização, aprendizagem, inserção no mercado de  
237 trabalho dos adolescentes a partir dos 14 anos, de acordo com a legislação vigente.  
238 Objetivo estratégico 12: ampliar o acesso e a oferta de políticas culturais que nas  
239 suas diversas expressões e manifestações considerem o desenvolvimento de  
240 crianças e adolescentes e o seu potencial criativo e artístico. Meta: ampliar em 50%  
241 implantação dos pontos de cultura até 2014. Para esta meta, o Sr. Ariel de Castro  
242 Alves sugeriu a seguinte meta: ampliar em 80% a implantação de pontos de cultura,  
243 telecentros, cineclubes até 2015. Objetivo estratégico treze: ampliar o acesso a  
244 políticas e programas que garantam o direito ao esporte, ao lazer e à formação de

245 atletas em todas as modalidades, assegurando a participação de crianças e  
246 adolescentes com deficiência. A Sra. Miriam Maria José dos Santos sugeriu a  
247 retirada do termo “formação de atletas” e criar uma nova meta contemplando a  
248 formação de atletas no objetivo estratégico 14. Deste modo, a Sra. Miriam Maria  
249 José dos Santos ficou incumbida de redigir a nova meta, abrangendo também o  
250 trabalho artístico. Ao passo que a própria leu a primeira meta: Até 2021, ampliar o  
251 acesso de adolescentes maiores de 14 anos, a política e programas de formação de  
252 atletas de acordo com a legislação vigente. Segunda meta: Até 2021, erradicar o uso  
253 comercial da imagem de crianças e adolescentes menores de 14 anos na mídia e  
254 pela mídia. Todavia, o Sr. Andrea Franzini sugeriu a seguinte redação: criação de  
255 protocolo que regule o uso comercial da imagem de crianças e adolescentes  
256 menores de 14 anos na mídia e pela mídia. O Conselho deliberou ainda revisar o  
257 objetivo estratégico treze a partir de pesquisa do material da Conferência Nacional  
258 de Esporte. A Sra. Tiana Sento-Sé sugeriu a presença de Miriam Maria José dos  
259 Santos e Andrea no GT. A Sra. Maria de Lourdes Magalhães e o Sr. Carlos Eduardo  
260 Nery Paes construíram os dois objetivos estratégicos e 24 metas. **Informes Gerais.**  
261 O Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que a Candidata à Presidência da República,  
262 Marina Silva, assinaria em 21 de setembro do corrente ano para assinar o termo de  
263 compromisso, em São Paulo. O Sr. Victor Pegler convidou o Sr. Fabio Feitosa da  
264 Silva e os demais conselheiros a participarem, nos dias 20 e 21, de um dos módulos  
265 da Escola de Conselhos do Estado de São Paulo. O Sr. Andrea Franzini informou  
266 que o CONANDA foi oficiado pela Pastoral do Menor e a Confederação Nacional dos  
267 Bispos do Brasil, sendo solicitado a indicar um conselheiro para participar de projeto  
268 a respeito de medidas socioeducativas e o enfrentamento ao perigo da redução da  
269 unidade penal, motivada pela Campanha da Fraternidade de 2009, Segurança  
270 Pública. Ao passo que a Sra. Miriam Maria José dos Santos, já componente desse  
271 projeto se colocou à disposição do CONANDA. O que foi acatado por todos. Posto  
272 isto, o Sr. Fabio Feitosa da Silva informou que representaria o CONANDA, em  
273 Montevidéu, nos dias 04 e 05 de novembro, no encontro dos vinte anos da  
274 Convenção sobre os Direitos das Crianças e dos Adolescentes da ONU e trabalho  
275 dos planos nacionais do MERCOSUL e informou que faltava a representação  
276 governamental que seria indicada posteriormente. **Relato das comissões –**  
277 **Comissão de Orçamento e Finanças.** O Conselheiro Djalma Costa informou que: o  
278 único projeto do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente/FNCA foi o projeto da  
279 Escola de Conselhos de Santa Catarina, que dependia de parecer; a ação civil  
280 pública do Ministério Público pedindo a suspensão dos Artigos 12 e 13 da Resolução

281 nº137 do CONANDA ainda encontrava-se em trâmite e na última plenária o  
282 CONANDA esteve com o juiz responsável pela ação, subsidiando-o. Como  
283 encaminhamento, a COF sugeriu informar a todos os conselhos estaduais e os  
284 mesmos informariam os conselhos municipais do andamento da ação; para o edital  
285 2011 de financiamento de projetos pelo FNCA, a COF disponibilizava às demais  
286 comissões permanentes a minuta do edital 2011, juntamente com o Projeto de Lei  
287 Orçamentária Anual para que as mesmas oferecessem sugestões dentro das  
288 atribuições de cada comissão e fossem devolvidas até a próxima reunião para que a  
289 minuta do edital fosse apresentada na plenária de novembro; o CONANDA  
290 conversava com os principais parceiros do FNCA, Petrobrás, em breve com o Banco  
291 do Brasil e Caixa Econômica Federal, que reafirmou o interesse em fortalecer as  
292 ações no campo da exploração sexual de criança. Todavia, era objetivo dialogar  
293 com a Caixa no sentido de dar visibilidade ao CONANDA em todo o país; Além  
294 desses recursos, era grande o esforço do CONANDA em captar recursos para além  
295 dos órgãos estatais e garantir os recursos do orçamento da União; sugeria ao  
296 CONANDA fazer a gestão política no Parlamento em relação ao orçamento de 2011  
297 da União e garantir emendas parlamentares, com o objetivo de investir e ampliar as  
298 diversas dentro formato de planejamento e de plano de ação do Conselho; Um  
299 CNPJ filial ao CNPJ da SDH para a transferência de recursos fundo a fundo não  
300 serviria para esse objetivo; a COF minutava cartilha de normas para a doação ao  
301 FNCA e solicitava sugestões das demais comissões permanentes até o dia três de  
302 outubro. O Sr. Fabio Feitosa da Silva convidou a participar da reunião extraordinária  
303 da COF, no dia 5 de novembro. **Relato das Comissões – Comissão Eleitoral.** A  
304 Sra. Maristela Cizeski informou que a Resolução das Eleições do Conselho não  
305 estava preocupada e mostrou-se preocupada quanto ao cumprimento dos prazos.  
306 Ao passo que o Sr. Fabio Feitosa da Silva esclareceu que a resolução foi assinada,  
307 bem como o edital de convocação das entidades e que a Sra. Cicera Bezerra de  
308 Moraes acompanhava a tramitação do processos na casa. **Relato das Comissões –**  
309 **Comissão de Políticas Públicas.** O Sr. Andrea Franzini informou que: a Comissão  
310 apreciou o primeiro relatório da pesquisa da situação da criança e adolescente em  
311 situação de rua. Com tanto, a Comissão indicou a criação de um grupo gestor, com  
312 a função de acompanhar a pesquisa, a fim de realizar seminários regionais de  
313 análise da pesquisa. Além de enviar a todas as comissões para uma melhor  
314 qualificação da pesquisa até o prazo de primeiro de outubro do corrente ano. Em vez  
315 de formalizar a proposta do Grupo Gestor, o CONANDA aprovou a criação de um  
316 grupo de trabalho com as mesmas atribuições, adequando-o ao Regimento Interno

317 do CONANDA, segundo proposta da Sra. Miriam Maria José dos Santos. Indicou-se  
318 e foi acatada a indicação da Sra. Maria Luiza Moura Oliveira, representante da CDH,  
319 da Sra. Iralda Cassol Pereira, representante da CPP, do Sr. Marco Antônio da Silva  
320 Souza, representante da COF, e a Sra. Tiana Sento-Sé, representante da CMF para  
321 comporem o GT; informou que os conselheiros teriam a possibilidade de contribuir  
322 com a nova NOB SUAS até o dia 24 de setembro do corrente ano para que a Sra.  
323 Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo pudesse fazer a composição das  
324 contribuições e levar ao conhecimento do MDS, cujo prazo se encerra no dia 13 de  
325 outubro. A CPP propôs a criação de um GT paritário entre comissões para  
326 acompanhar a questão da criança e adolescência indígena. Ao passo que foi  
327 esclarecido que o GT já existia na CPP e a proposta seria retomá-lo e tomar  
328 conhecimento do que já estava em andamento para atender essa população.  
329 Todavia, foi proposto que a Secretaria-Executiva do Conselho fizesse um resgate de  
330 todas as ações do CONANDA nesta área até aquele momento e repassasse à CPP  
331 para averiguar a necessidade do GT. Por fim, a Sra. Ana Angélica Campelo de  
332 Albuquerque e Melo informou que foi encaminhado ao Sr. Vidal Didonet toda a  
333 documentação referente às deliberações do CONANDA acerca do plano nacional da  
334 primeira infância, bem como o MEC e o MDS também encaminharam sugestões de  
335 alterações de texto para adequar o plano e que o mesmo retornasse à plenária do  
336 Conselho. A Sra. Miriam Maria José dos Santos informou que, em 2013, o Brasil  
337 sediaria a Conferência Global Sobre o Trabalho Infantil e quem coordenaria tal  
338 evento seria o MDS e o mesmo solicitou ao CONANDA manifestar interesse em  
339 participar do planejamento do evento. **Relato das comissões – Comissão de**  
340 **mobilização e Formação.** A Sra. Tiana Sento-Sé passou à apresentação do  
341 planejamento, metodologia e programação do 4º Encontro Nacional de Conselhos, a  
342 ocorrer no dia 20 e 21 de outubro. Acerca desse tema, o CONANDA deliberou por  
343 um termo de compromisso entre o CONANDA e os Conselhos Estaduais, que seria  
344 minutado pela comissão e com as propostas dos demais conselheiros. Deliberou  
345 também pela aprovação de uma reunião extraordinária da Comissão para  
346 fechamento da agenda do encontro de conselhos. Após, a Sra. Tiana Sento-Sé  
347 passou à apresentação da agenda da semana do Encontro de Conselhos. No dia 18  
348 de outubro teria o Encontro do Mercosul, a qual a representação seria da  
349 Presidência do CONANDA. No mesmo dia, à noite, teria a abertura do Encontro da  
350 Rede ANDI que se estenderia por todo o dia 19, com prazo até o dia 24 de setembro  
351 para os conselheiros confirmarem participação. E dia 19, à noite, seria feita a  
352 reunião da Mesa Diretora. No dia 20, pela manhã, plenária do CONANDA. Dia 21,

353 Encontro de Conselhos. Do dia 21, à noite, Seminário Políticas Públicas do Fórum  
354 Nacional DCA até o dia 23. No dia 05 de outubro, teleconferência sobre o plano  
355 decenal. Seguindo, a Sra. Maristela Cizeski informou que a Comissão tirou o  
356 indicativo de realizar uma oficina detalhando o Sistema de Gestão de Convênios e  
357 Contratos de Repasse/SICONV. Solicitou que fosse encaminhados aos conselhos  
358 estaduais ofício informando do novo visual do portal dos Direitos da Criança, da  
359 Rede ANDI. A Sra. Tiana Sento-Sé ponderou que o convênio com a Rede Andi  
360 estava chegando ao fim e era necessário uma estratégia para dar continuidade ao  
361 convênio. Ponderou também que era necessário pensar em um plano de  
362 comunicação para o Conselho e, para tanto, era necessária uma oficina de  
363 planejamento para a construção do plano, inclusive com previsão orçamentária para  
364 sua implementação. Ao passo que o Presidente sugeriu que na reunião  
365 extraordinária já fosse pautado esse assunto, considerando o curto tempo para  
366 propor o recurso orçamentário para o ano seguinte. Após, A Sra. Cissa Lessa,  
367 representante da Rede ANDI fez a apresentação do novo portal Direitos da Criança.  
368 Posto isto, o CONANDA deliberou por inserir as Atas do CONANDA no Portal.  
369 **Relato das comissões – Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar.** O  
370 Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires informou que: foi feita reunião conjunta com a  
371 CPP por possuírem pontos em comum; a Sra. Georgia Maria Guimarães de Oliveira  
372 se integrou à CDH; a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados  
373 convidou o CONANDA para uma reunião no dia 23 do corrente mês a fim de tratar  
374 das estratégias de atuação no Congresso em função dos projetos que tramitavam a  
375 favor da redução da idade penal e ampliação do tempo de internação. Para tanto, a  
376 Comissão indicava o Sr. Davi Ulisses Brasil Simões Pires; foi publicada a resolução  
377 nº 141 do CONANDA, que instituiu o GT que revisaria a Resolução nº 113, que  
378 demandava a indicação de um membro de cada comissão permanente. Para tanto,  
379 o CONANDA deliberou criar a comissão na primeira plenária do ano de 2011;  
380 motivado por questionamento do fórum dos operadores hoteleiros do Brasil sobre a  
381 interpretação dos artigos 82 a 250 do ECA, que tratava da hospedagem de crianças  
382 e adolescentes com identificação e com autorização dos pais, de um dos pais, o  
383 CONANDA demandou manifestação do Conselho Nacional de Justiça/CNJ a  
384 respeito do tema e tão logo obtivesse a resposta repassaria ao Fórum. **Informes**  
385 **Gerais.** O Sr. Andrea Franzini relatou que em audiência pública, em São Luiz do  
386 Maranhão, no dia 12 de agosto do corrente ano, onde estiveram presentes as  
387 defensorias públicas, a OAB, Comissão de Direitos Humanos e Adolescentes da  
388 Assembléia Legislativa, o Secretário de Estado de Direitos Humanos, além das

389 entidades diretamente envolvidas, a Defensoria Pública denunciou tortura contra  
390 adolescente e privação da liberdade na unidade denominada Centro de Juventude  
391 Esperança e os agentes internos denunciados ainda atuavam normalmente na  
392 Unidade. Segundo os depoimentos das mães, os filhos também eram espancados  
393 de madrugada por batidas policiais na unidade. Ressaltadas as violações de direitos  
394 humanos dos adolescentes em medida socioeducativa, o Sr. Andrea Franzini  
395 solicitou a ata da audiência pública e houveram várias recomendações a nível local.  
396 Por fim, o Conselheiro concluiu que a Situação era de calamidade institucional e  
397 governamental e, deste modo, sugeriu ao CONANDA uma carta às autoridades  
398 estaduais. O Sr. Fabio Feitosa da Silva propôs que fosse encaminhado o relatório  
399 para o GTI para que discutisse a situação do SINASE. O Sr. Andrea Franzini sugeriu  
400 uma ação emergencial comunicando o comitê de combate à tortura. O Sr. Fabio  
401 Feitosa da Silva sugeriu que a CDH elaborasse ofício ao estado, considerando a  
402 gravidade da situação. A Sra. Cicera Bezerra de Moraes sugeriu uma diligência  
403 urgente no local considerando a gravidade da situação. O Sr. Davi Ulisses Brasil  
404 Simões Pires informou que o Ministério da Justiça faria consulta pública no próximo  
405 mês a respeito da classificação indicativa com a finalidade de consolidar Portaria  
406 Ministerial com todas as experiências em classificação indicativa. A Sra. Carmen  
407 Silveira de Oliveira informou que: o CONANDA foi convidado a participar juntamente  
408 com a representação governamental na reunião de seguimento do III Congresso  
409 Mundial que vai acontecer na Tailândia, de 25 a 27 de outubro, sendo indicada a  
410 Sra. Maria Luiza Moura Oliveira; o Presidente do CONANDA foi convidado a  
411 participar de Seminário que faz parte do Nino Sur, nos dias 4 e 5 de novembro, em  
412 Montevideu; que o Ministério da Justiça realizava o Seminário Pró-Copa.  
413 **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Fabio Feitosa da Silva  
414 encerrou a reunião.  
415